

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E PROMOÇÃO DA SAÚDE NA COMUNIDADE

*Cecília Maria Resende Gonçalves de Carvalho*¹

*Edileusa Maria Galvão Figueiredo*²

*Jordânia Ferreira Mesquita de Oliveira*³

*Sabrina dos Santos Melo*³

*Micaelle de Oliveira Vieira*⁴

*Débora Maria de Mesquita Barros*⁴

RESUMO

A proposta deste estudo é conhecer as principais características socioambientais de uma comunidade popular do município de Teresina (PI) para melhor compreender as necessidades e problemas de seus moradores, atendendo-os com soluções que integrem os seus interesses. Ao mesmo tempo, este estudo visa a contribuir com o processo de formação de graduandos com ele relacionados. O método utilizado foi o estudo do tipo transversal, com uma amostra de conveniência constituída por 43 famílias, em cujo domicílio aplicou-se o questionário no período de junho a julho de 2011. O perfil traçado demonstra uma situação de vulnerabilidade e risco social dessas famílias, que se caracterizam pelos salários limitados e predominância de emprego informal, baixo nível de escolaridade, deficiência no acesso à assistência a saúde e condições precárias de saneamento básico.

Palavras-chave: Extensão Comunitária. Vulnerabilidade Social. Direitos Humanos

HUMAN RIGHTS EDUCATION AND COMMUNITY HEALTH CARE PROMOTION

ABSTRACT

The aim of this study was to understand the social and environmental reality of a local community in the municipality of Teresina (PI), and to try to find ways of understanding and meeting the needs of the population, identifying solutions that could address the main social concerns. At the same time, the work was designed to contribute to the training of undergraduates in this area. Transversal research was essentially based on a random sample of 43 families. Questionnaires were completed at the subjects' homes, between June and July 2011. The findings revealed a situation of vulnerability and social risk in the families, characterized by low wages, low levels of education, poor sanitation conditions, a prevalence of informal employment, and restricted access to health care. The contributions of the study included educational activities in the community and the training of peer educators.

Keywords: Community extension. Social vulnerability. Human rights.

¹ Doutora em Alimentos e Nutrição, Departamento Nutrição, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI. Correspondência: ceciliamaria.pop@hotmail.com

² Mestre em Políticas Públicas, Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI.

³ Acadêmica do curso de Serviço Social, Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI.

⁴ Acadêmica do curso de Nutrição, Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI.

EDUCAÇÃO EM DIRECHOS HUMANOS Y PROMOCIÓN DE LA SALUD EN LA COMUNIDAD

RESUMEN

La propuesta de este estudio es conocer la realidad socio ambiental de un barrio perteneciente al municipio de Teresina (PI), con el objetivo de conocer los problemas de dicha población en la perspectiva de encontrar soluciones que integren sus intereses y que contribuyan con el proceso de formación de graduandos. El método utilizado fue un estudio transversal con una muestra de conveniencia compuesta por 43 familias. El cuestionario fue aplicado en sus propias casas, en el período de junio-julio de 2011. El perfil trazado demuestra una situación de vulnerabilidad y riesgo social de esas familias, caracterizado por sueldos bajos, bajo nivel de escolaridad, predominio de la informalidad, deficiencia en el acceso a los servicios de salud y condiciones precarias de saneamiento básico. Las contribuciones que surgen del estudio residen en la formación de multiplicadores de acciones educativas en la comunidad.

Palabras clave: Extensión Universitaria. Vulnerabilidad social. Derechos humanos.

INTRODUÇÃO

Este artigo é parte das atividades de um projeto de extensão, em andamento, voltado para a Educação em Direitos Humanos e Promoção da Saúde nas comunidades, dentro da proposta do Programa de Educação Tutorial (PET Integração) na Universidade Federal do Piauí.

Originário do Ministério da Educação e assumido por um docente na qualidade de tutor, o Programa de Educação Tutorial constitui uma iniciativa inovadora e envolve a participação de estudantes das Universidades. A composição estudantil para atividades tutoriais no contexto PET promove a formação diferenciada de grupos integrados em atividades de pesquisa, ensino e extensão, possibilitando fortalecer o processo de qualificação dos graduandos ([BRASIL, 2010](#)).

Aprovado em 2010 e colocado em prática a partir de 2011, o PET Integração na UFPI é vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e se desenvolve em torno de três eixos fundamentais: formação acadêmica dos estudantes, atividades extensionistas na comunidade e elaboração/execução de projetos de pesquisa na perspectiva dos direitos humanos para a formação da cidadania e o fortalecimento das políticas educacionais na universidade ([UFPI/PREX, 2010](#)).

Um atributo importante do PET Integração é promover a interdisciplinaridade e valorizar a participação estudantil de grupos minoritários, com o propósito de alcançar a formação de profissionais mais comprometidos com a sociedade, na medida em que estabelece uma aproximação da universidade com os territórios populares e fortalece seus sujeitos, suas instituições e os movimentos sociais ([UFPI/PREX, 2010](#)).

As atividades realizadas na comunidade pelos participantes deste projeto se fundamentam nos eixos da saúde e educação, direitos humanos e cidadania, identificados a partir dos interesses e necessidades dos atores sociais. A intenção é criar um vínculo entre o meio acadêmico e a sociedade de modo a estimular o fortalecimento dos sujeitos em nível individual, familiar e coletivo, além de otimizar o processo de formação dos universitários. Nessa configuração, o projeto propõe um diálogo permanente e sistemático a partir da identificação de problemas e conflitos comunitários, visando à formação de

membros sociais conhecedores de seus direitos e deveres, para serem sujeitos de sua própria história ([UFPI/PREX, 2010](#)).

A partir da inserção cada vez maior dos petianos nas atividades extensionistas, surgiu a ideia do desenvolvimento de uma pesquisa com o intuito de conhecer a realidade de comunidades em situação de risco social e possibilitar a participação de todos os agentes interessados na busca de soluções para a promoção do desenvolvimento sustentável e da harmonia da comunidade ([UFPI/PREX, 2010](#)).

O conceito de desenvolvimento sustentável na visão de [Leff \(2002\)](#) está ancorado em um processo de transformação no qual os atores sociais devem ter participação direta na apropriação e transformação de seus recursos ambientais. Com isso, percebe-se que um dos maiores desafios da modernidade é buscar alternativas que garantam a participação da comunidade na preservação e utilização do meio ambiente de forma consciente e com responsabilidade, seja em nível local ou global.

É necessário lembrar que o processo de urbanização e industrialização nas sociedades contemporâneas trouxe mudanças em todos os cenários da vida social. As condições precárias de moradias e a aglomeração, comuns nas famílias de baixa renda e ocasionadas pelo rápido e desordenado crescimento populacional, com implicações sobre o meio ambiente e saúde dos que ali habitam, tornam importante o engajamento de toda a sociedade, no sentido de buscar estratégias para minimizar as consequências adversas desses impactos ([ZAMAN et al, 1997](#); [TEIXEIRA, 2005](#)).

É reconhecido que há uma cadeia de fatores relacionados ao contexto social e ambiental, que interagem entre si, acentuando os problemas na comunidade. Segundo [Silva; Silva \(2007\)](#) as questões ambientais se agravam ainda mais em situações de extrema pobreza e os riscos que podem trazer para o bem estar e a qualidade de vida são imensuráveis.

Nesse contexto, a cidadania se apresenta como um agente transformador que busca novas relações entre estado e sociedade, com uma maior abertura de espaço na gestão das políticas públicas. Para [Leff \(2001\)](#), o cidadão precisa exercer a cidadania, lutar coletivamente de forma ativa e participar nas decisões da comunidade, na busca de um ambiente harmonioso e saudável.

Em uma sociedade democrática, na prática cotidiana dos conhecimentos adquiridos no âmbito universitário, o aluno tem como desafio assegurar à população externa à universidade o conhecimento e a formação básica para o efetivo exercício da cidadania, com prestação de serviços para os quais está capacitado. As ações da extensão favorecem essa possibilidade, pois visam, muito mais que ao aprendizado teórico, à oportunidade dos alunos participarem ativamente da melhoria da qualidade de vida dos beneficiários dessas ações.

No cenário do PET, as atividades extensionistas estão em sintonia com a identificação e a busca de soluções para os problemas comunitários, pois promovem a transmissão dos conhecimentos adquiridos no ambiente universitário e exploram e desenvolvem os potenciais educativos da comunidade. A ideia é favorecer a criação de espaços para auxiliar a discussão e a reflexão de diferentes temas, dentre os quais estão os direitos humanos, a cidadania, a saúde e a educação coletiva. Pretende-se, também, propiciar oportunidades de transformação em prol de melhores benefícios sociais e humanos, para que a comunidade seja um local em permanente desenvolvimento e de encontros de prazer e alegria.

Nesse panorama, procura-se estimular e ampliar as formas de participação de todos os agentes interessados, na perspectiva de encontrar soluções que integrem os interesses sociais para a promoção do bem estar coletivo e da sustentabilidade ambiental. Dessa forma, promover uma aproximação entre a universidade e a comunidade significa,

por sua vez, o encontro de diferentes e diferenças indispensáveis à troca de experiências e estímulo à participação da comunidade que, quando conhecedora de seus direitos e deveres, está menos vulnerável aos riscos sociais.

A relevância social e acadêmica desta investigação reside na contribuição ao debate sobre as condições sociais dos moradores em situação de vulnerabilidade. Acredita-se ainda, estar colaborando no processo de construção da formação de multiplicadores que favoreçam melhores condições de vida e estímulo ao exercício da cidadania na comunidade. Ressalta-se que esta pesquisa permite otimizar o processo de formação acadêmica, contribuindo para garantir a excelência necessária ao alcance do sucesso da política educacional no âmbito dos cursos de graduação na Universidade Federal do Piauí (UFPI).

OBJETIVO

Conhecer as principais características socioambientais de uma comunidade popular do município de Teresina (PI).

MÉTODO

O estudo, de caráter transversal, observacional e descritivo, foi realizado na Comunidade Vila Parque Ininga, município de Teresina (PI). A escolha do local justificou-se por sua proximidade geográfica com o câmpus da UFPI e pela situação de risco, do ponto de vista social, de seus moradores. A comunidade está localizada na zona leste de Teresina e abriga cerca de 250 famílias que residem no entorno de várias residências de padrão socioeconômico médio e alto.

O nome da vila teve origem das terras da fazenda Ininga, quando as primeiras famílias se instalaram na região para trabalharem na produção da cerâmica. Na Vila há uma escola municipal de ensino fundamental, uma igreja católica, a casa paroquial e uma creche mantida pelo Centro Comunitário Santo Antônio, uma organização não governamental. Nas visitas de campo, observou-se que é a igreja católica, Paróquia de Fátima, que vem realizando trabalhos sociais na região.

Na pesquisa, utilizou-se uma amostra por conveniência de 43 famílias. Os trabalhos se iniciaram com um levantamento documental sobre a comunidade na Prefeitura Municipal de Teresina, seguido de uma pesquisa com aplicação de questionário, elaborado e adaptado para esta investigação.

Os dados relativos às variáveis sociodemográficas foram: sexo, idade, renda familiar, nível de escolaridade, ocupação e acesso aos serviços de saúde. As características ambientais referentes aos usuários dos serviços públicos foram: iluminação, água encanada, rede de esgotos, coleta de lixo e condições de moradia.

O questionário foi aplicado por estudantes treinados para a realização da entrevista nos domicílios (n=43), no período de junho a julho de 2011. Após a explicação dos objetivos da pesquisa, todos os participantes aceitaram voluntariamente o convite para dela participar e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O Programa SPSS foi usado para a criação do banco de dados, os quais foram analisados e apresentados em média e números percentuais.

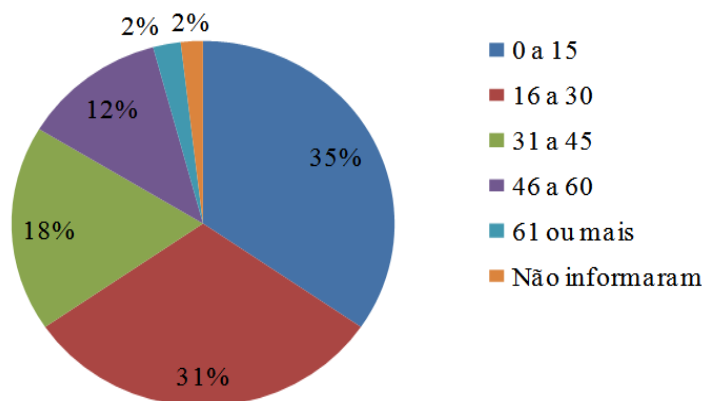
RESULTADOS E DISCUSSÕES

Características sociais dos moradores

Na pesquisa de campo, entrevistou-se um membro adulto de cada família, que era, na maioria das vezes, a mãe. Investigaram-se 43 famílias, abrangendo 214 moradores, dos quais 102 eram do sexo masculino e 112 do sexo feminino.

Em relação à faixa etária, 35% dos entrevistados tem idade entre 0 e 15 anos; 31%, entre 16 e 30 anos; 30%, entre 30 e 60 anos, e 2% tem mais de 60 anos. Segundo também se observa no gráfico 1 (infra), 2% não quiseram prestar informações.

Gráfico 1. Faixa etária das pessoas pesquisadas. Teresina-PI, 2011.



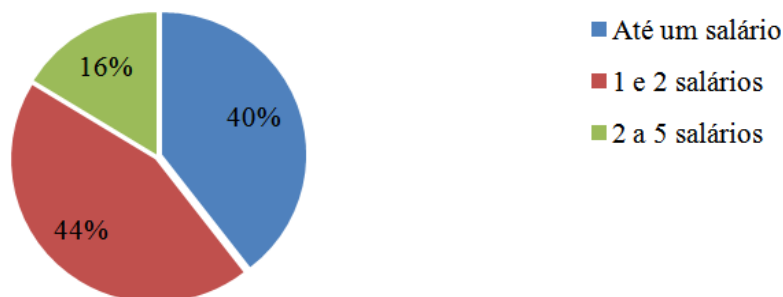
Dados do [IBGEa \(2010\)](#) mostram que o crescimento absoluto da população do Brasil nestes últimos dez anos, ocorreu, principalmente, em função do aumento do contingente adulto, com destaque também para o aumento da participação da população idosa. Com os grupos de pessoas com menos de 20 anos ocorreu o contrário, isto é, esse segmento populacional apresentou uma diminuição absoluta.

Analisando a média de moradores em cada domicílio, observou-se que a maioria das famílias (53%) abriga entre duas e quatro pessoas (filhos), enquanto 47% abrigam cinco ou mais filhos, o que possibilita inferir que essa comunidade apresenta um alto índice de fecundidade quando comparado à taxa do Nordeste, que é de 2,59 ([IBGEb, 2010](#)) e do Piauí, que apresenta um índice de 3,85 filhos por mulher ([Portal O Dia, 2010](#)).

Para [Bourdieu \(1998\)](#), as famílias de classe média tendem a assumir, entre suas práticas de fecundidade, o controle do número de filhos, o que não ocorre na mesma proporção entre as famílias de baixa renda, fato constatado também nesta pesquisa, representando um grande desafio para as políticas públicas.

Ao analisar a variável renda total familiar, observa-se, no Gráfico 2, que a grande maioria das famílias (84,0%) sobrevive com menos de dois salários mínimos. As demais (16,0%) percebem entre dois e cinco salários mínimos.

Gráfico 2. Renda familiar em salário mínimo das famílias pesquisadas. Teresina-PI, 2011.



O nível de escolaridade dos pais foi considerado baixo, visto que 42% (n=90) dos entrevistados não completaram o ensino fundamental e 15% não possuíam nenhum grau de instrução; 10% cursaram o ensino fundamental completo; 16% não cursaram o ensino médio completo; apenas 1% possuía ensino superior.

O fato da maioria da população não ter completado o ensino fundamental pode ser reflexo do alto índice de evasão escolar na educação brasileira. Segundo dados do INEP, no ano de 2007, 4,8% dos alunos matriculados no ensino fundamental abandonaram a escola ([INEP, 2007](#)). Em relação aos pais sem escolaridade alguma, os dados estão de acordo com o estudo realizado por [Aranha et al \(2006\)](#) em uma comunidade carente de São Paulo, onde se constatou um valor de 15% de indivíduos sem estudo.

O acesso e a permanência do estudante no sistema escolar são influenciados pelo baixo nível socioeconômico, pelo local da residência, condição étnica e necessidade de trabalho precoce nas famílias ([DORC; LUSCHER, 2011](#)). É pertinente lembrar que o número elevado de pais com pouco ou nenhum nível de escolaridade tem uma implicação direta na qualidade de vida e de saúde da comunidade ([PRIETSH et al, 2002](#)).

A análise dos dados coletados possibilitou a conclusão de que as famílias com renda mensal inferior a um salário mínimo apresentaram o menor grau de escolaridade, corroborando com a análise de [Barros et al \(2002, p.1\)](#) ao afirmar que “na sociedade brasileira contemporânea, as defasagens, absolutas e relativas, na escolaridade da população explicam, de modo significativo, a intensa desigualdade de renda no país”.

Em relação à fonte de renda, observa-se que o trabalho informal representou a principal atividade econômica dos entrevistados desta pesquisa. Essas condições, que indicam falta de qualificação profissional, deslocam esses trabalhadores, na maioria mulheres, para setores do mercado que exigem pouca qualificação e baixa escolaridade.

A forma de inserção no trabalho informal é extremamente precária e se caracteriza por renda muito baixa, além de não garantir o acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos ([ALVES; TAVARES, 2006 apud ANTUNES, 2010](#)). A Organização Internacional do Trabalho (OIT) caracteriza o trabalho informal como aquela atividade econômica desenvolvida por trabalhadores, em pequena escala e sem a devida proteção normativa e oficial ([SOUZA FILHO, 2007](#)). No Brasil, a atividade informal é uma realidade que cresce a cada dia, e os problemas decorrentes dessa informalidade precisam ser discutidos e considerados.

É importante ressaltar que, nessa comunidade, as mulheres trabalham como domésticas, diaristas, costureiras, lavadeiras, auxiliares de serviços gerais, etc. Os homens trabalham como serventes, pedreiros, eletricitistas, vendedores, etc., os chamados

trabalhadores informais tradicionais que, inserindo-se em atividades que requerem baixa capitalização, buscam renda para consumo individual e familiar. O resultado é o agravamento da situação socioeconômica das famílias que, em razão do baixo nível de escolaridade, dificilmente serão absorvidas pelo mercado formal.

Os problemas da falta de emprego, renda e exclusão social são graves em Teresina, considerando que 71,2% do total de pessoas em idade ativa (n=402.906 agentes econômicos) estão na informalidade ou desempregados ([TERESINA AGENDA 2015, 2002](#)). Como afirma [Monteiro \(2005, p.72\)](#),

a situação de desemprego aliada aos péssimos salários da região, reflete a incapacidade do poder público, seja federal, estadual ou municipal, em fornecer alternativas econômicas e sociais no tocante à qualificação profissional e novas possibilidades de trabalho, agravando ainda mais a situação de pobreza existente.

No que se refere ao acesso a serviços de saúde, a comunidade pesquisada não dispõe de hospital ou posto de saúde, apenas são beneficiados pela visita periódica do agente de saúde da Estratégia Saúde da Família, da comunidade do bairro vizinho, considerada de boa qualidade por 67% (n=29) dos investigados.

Partindo da concepção de [Ferrari \(2000\)](#) de que essa realidade está diretamente associada à pobreza e ao perfil de distribuição de renda no país, e sofre os impactos das mudanças sociais, políticas e econômicas, é possível concluir que as condições sociais da população em estudo apresentam características de vulnerabilidade de suas famílias.

Aspectos ambientais

Verificou-se nesta pesquisa que a comunidade dispõe de iluminação da rede pública, apesar de oferecida de forma inadequada. Também, possui abastecimento de água encanada, embora não possua rede esgoto. Além disso, as ruas dessa comunidade, estreitas e mal traçadas, não estão pavimentadas.

Um dos problemas ambientais identificados é causado pela irregularidade do serviço de coleta de lixo, que, realizada pelo caminhão que presta serviço público, acontece uma única vez na semana e atende somente a algumas moradias. Levando muitos moradores a jogar o lixo em via pública, favorece a proliferação de doenças, como a dengue, o calazar, dentre outras. Segundo [Fadini; Fadine \(2001\)](#), o lixo a céu aberto, sem nenhum critério de proteção ao ambiente, possibilita o pleno acesso de vetores de doenças, pondo em risco a saúde da população.

Neste sentido, [Loureiro \(2002\)](#) destaca que a educação ambiental representa uma prática educativa e social na construção de uma consciência crítica da relação do ser humano com a natureza. Dessa forma, [Gutierrez; Prado \(2000\)](#) afirma que o cidadão crítico, além de reclamar, compreender, interessar-se e exigir seus direitos ambientais, também se dispõe ao exercício da sua própria responsabilidade ambiental. Para isso, inicialmente, deve controlar sua vida cotidiana, econômica, social e ambiental, buscando associações para fortalecer-se no mundo de mercado globalizado.

Sobre as condições de moradia, evidenciou-se que 86% (n=37) das famílias moram em casas autoconstruídas, com paredes de tijolo, cobertas com telhas de cerâmicas e sem reboco, e as demais, 14% (n=6), com paredes em taipa. O número de cômodos dessas casas é pequeno, nelas existindo, em geral, apenas uma pequena sala, um quarto, uma cozinha. O banheiro, externo à casa e descoberto, costuma ser construído com palha de babaçu. Em todas as moradias visitadas, a ocupação dos terrenos se deu pelo processo de invasão, fato que está associado à estrutura precária das residências, refletindo a desigualdade do direito à moradia no Brasil. Desde 1948, o

direito a uma moradia adequada está assegurado na Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamada pela Organização das Nações Unidas (ONU) como essencial para um padrão de vida digno. Nesse sentido, a Constituição Federativa do Brasil, também incluiu a moradia entre os direitos sociais mínimos, prevendo a promoção de programas de habitação e saneamento básico pelas esferas governamentais federais, estaduais e municipais ([MORAIS, 2006](#)).

Em relação aos aspectos ambientais avaliados, pode-se perceber que é necessária a atenção dos gestores públicos quanto à questão da coleta de lixo e melhoria das condições sanitárias, pois é fundamental o desenvolvimento de políticas públicas para que o processo de crescimento populacional da comunidade ocorra de forma estabilizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados coletados na comunidade Vila Parque Ininga revelaram um cenário de exclusão social, econômica e cultural de seus moradores, uma vez que eles enfrentam precárias condições ambientais, salários limitados, nível de escolaridade insuficiente e pouca assistência à saúde. Um dos aspectos mais marcantes encontrados foi a destinação do lixo, que não é coletado adequadamente, o que põe em risco a saúde dos moradores e ocasiona danos ao meio ambiente.

A partir dessa realidade, o estudo chama a atenção para a necessidade de medidas urgentes e eficazes que devem ser desenvolvidas pelo poder público e sociedade civil, visando a reduzir os fatores de risco para muitas doenças e melhorar o padrão de vida dessa população.

Ressalta-se a importância da atuação da Universidade no sentido de trocar experiências com essas pessoas e socializar o conhecimento adquirido no âmbito acadêmico, estimulando a emancipação delas em busca da garantia de seus direitos humanos e sociais. Aqui se torna importante a atuação das atividades de extensão, que podem propiciar mecanismos para o fortalecimento dos sujeitos e promover a construção da cidadania.

A relevância da experiência se dá, também, pela inserção do estudante nesse cotidiano social, rico de aprendizado, além de oportunizar o desenvolvimento de instrumentos com o objetivo de fornecer novos subsídios para o delineamento das políticas públicas adequadas à realidade da comunidade.

É importante, contudo, ressaltar que este estudo apresenta algumas limitações. Uma delas é que os dados de mensuração da renda refletem informações dadas pelos entrevistados. Outra observação é que os resultados não podem ser generalizados para toda a população do bairro, porque poucos familiares (20%) foram pesquisados. No entanto, esses resultados trazem informações importantes e dão uma ideia da dimensão da realidade local.

Submetido em 15/03/2013

Aceito em 02/10/2013

REFERÊNCIAS

[ANTUNES, R.](#) Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v.20, n. 1, p. 11-20, jan/jun. 2010.

[ARANHA, S.C. et al.](#) Condições ambientais como fator de risco para doenças em comunidade carente na zona sul de São Paulo. **Revista de Atenção Primária à Saúde**, Juiz de Fora, v.9, n.1, p. 20-28, 2006.

[BARROS, R. P. de ; HENRIQUES, R. ; MENDONÇA, R.](#) **Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Texto para Discussão, n. 857).

[BOURDIEU, P.](#) Futuro de classe e causalidade do provável. In: NOGUEIRA, M. A ; CATANI, A. (Org.). **Escritos de Educação**, Petrópolis: Vozes, p. 1998. p. 18-126.

[BRASIL.](#) Portaria MEC nº 976, de 27 de julho de 2010. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 jul. 2010. p. 103-104.

[DORC, R; LUSCHER, A. Z.](#) Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 1-22, 2011.

[FADINI, P. S; FADINI, A. A. B.](#) **Lixo: desafios e compromissos. Cadernos Temáticos de Química Nova na Escola**, São Paulo, ed. esp., p. 9-18, maio 2001.

[FERRARI, M.](#) **Conferência: Família Brasileira, a base de tudo**. 4 ed. São Paulo: Cortez/UNICEF, 2000.

[GUTIÉRREZ PEREZ, F. ; PRADO, C.](#) **Ecopedagogia e cidadania planetária**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

[INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA \(IBGE a\).](#) **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010> Acesso em: 20 set. 2011.

[INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA \(IBGE b\).](#) **Aspectos demográficos** : informações gerais. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/tabela1.shtm#a111>>. Acesso em: 01 set. 2013.

[INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA \(INEP\).](#) **Sinopse estatística da educação básica 2007**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>>. Acesso em 13 out. 2011.

[LEFF, E.](#) **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

[LEFF, E.](#) **Saber ambiental: sustentabilidade racionalidade, complexidade, poder**. 2.ed. Rio de Janeiro : Vozes, 2002.

[LOUREIRO, C. F. B.](#) **Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária**. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, F. P.; CASTRO, R. de S. (Orgs.). **Educação ambiental : repensando o espaço da cidadania**. São Paulo : Cortez, 2002.

MONTEIRO, J. P. do R. **Hortas comunitárias de Teresina: alternativa econômica, social e ambiental?** 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005.

MORAIS, M. da P. Monitorando o direito à moradia no Brasil (1992-2004). **Boletim de Políticas Sociais**, Brasília, DF, n. 12, fev. 2006. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/default.jsp>>. Acesso em: 20 set. 2011.

PORTAL O DIA. **Taxa de fecundidade entre as mulheres do Piauí cai para 3,85 filhos/mulher.** Disponível em: <http://www.portalodia.com/noticias/piaui/taxa-de-fecundidade-entre-as-mulheres-do-piaui-cai-para-385-filhosmulher-153771.html>. Acesso em: 02 set. 2013.

PRIETSH, S. O. M. et al. Doença aguda das vias aéreas inferiores em menores de cinco anos : influência do ambiente doméstico e do tabagismo materno. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v.78, n.5, p. 415-422, 2002.

SILVA, R. I. H; SILVA, M. G. H. **Projeto “Jagurussu, reciclando vida”:** uma análise sócio–ambiental na visão do catador. In: CONGRESSO DE PESQUISA E INOVAÇÃO DA REDE NORTE NORDESTE DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA, 2., João Pessoa, 2007.

SOUZA FILHO, A. **Trabalho na sociedade contemporânea:** trabalho informal. Disponível em: <www.unihorizontes.br/pi/pi_1sem_2007administracao/trabalho_informal.pdf>. Acesso em: 17.set. 2011.

TEIXEIRA, A. L. G. de F. **Mudanças no perfil socioeconômico e ambiental provocadas pela atividade turística no município de Guaramiranga-CE.** 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

TERESINA AGENDA 2015. **Diagnóstico e cenários da situação do trabalho e renda em Teresina.** Teresina : [s.n.], 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI/PREX). **Projeto PET INTEGRAÇÃO:** ações integradas em educação, cidadania e inclusão social. Teresina : UFPI, 2010.

ZAMAN, K. et al. Acute respiratory infections in children: a community-based longitudinal study in rural Bangladesh. **Journal of Tropical Pediatrics**, London, v. 43, p.133-137, 1997.